



AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL 20 a 24/05

SENADO FEDERAL

Comissão de Assuntos Econômicos

21.05 - Terça-feira - 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

PDS 377/2015 – Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O essencial:

- O autor alega que a portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, extrapola as competências daquela Pasta ao estabelecer limites etários mais elevados para a realização de exames de mamografia, ofende o estabelecido, que determina que é o exame mamográfico é assegurado para todas as mulheres com idade superior a 40 anos, independentemente de qualquer outro fator.

Autor: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Situação: O projeto teve parecer favorável apresentado pela relatora Leila Barros (PSB/DF) e incluído na pauta da reunião do dia 21.05.

Próximos passos: o projeto vai para apreciação do Plenário se o parecer for aprovado. Caso seja rejeitado, o presidente da CAE deve designar um novo relator.

PLS 29/2018 – Altera a Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente para estabelecer a prioridade da aplicação dos recursos do fundo na prevenção, combate e remediação de desastres naturais e de desastres causados por homem cuja autoria não tenha sido identificada.

O essencial:

- O PLS identifica na Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente uma carência de abordagem sobre a prevenção, o combate e a remediação de desastres



naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada. Dessa forma, passa a incluir essas situações entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

- O PLS ressalta que a aplicação dos recursos financeiros, no que se propõe esse projeto, seriam apenas para os casos em que não se pudessem ser identificados os autores dos desastres naturais de origem antropomórfica, ou seja, causadas por seres humanos.

Saiba mais:

- O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, é o mais antigo fundo ambiental da América Latina. Tem como missão contribuir, como agente financiador, por meio da participação social, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.
- O projeto teve como base o incêndio criminoso ocorrido no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que destruiu mais de 65 mil hectares de vegetação de Cerrado (cerca de 22% da área do Parque).

Autor: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Situação: O projeto teve parecer favorável apresentado pela relatora Leila Barros (PSB/DF) e incluído na pauta da reunião do dia 21.05.

Próximos passos: se o parecer for aprovado o projeto segue para a CMA em decisão terminativa. Caso seja rejeitado, o presidente da CAE deve designar um novo relator.

Comissão de Assuntos Sociais

22.05 - Quarta-feira - 9h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

PLS 184/2018 – Define competências ao Agente Indígena de Saneamento de:

- Promoção do planejamento e execução de soluções de saneamento adequadas e viáveis para as comunidades indígenas;
- Realização de campanhas e projetos para a educação sanitária e ambiental;
- Produção de análises de informações fundamentadas no modelo de vigilância em saúde, incorporando a percepção da comunidade indígena



sobre o processo saúde-doença, para subsidiar o planejamento das ações em equipe e o controle social.

O essencial:

- De acordo com o autor, tem por objetivo corrigir uma injustiça praticada com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Quando esses, mesmo desempenhando atividades muito semelhantes aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), não contam com uma legislação específica que lhes ofereça proteção e estabeleça, com clareza, suas responsabilidades.
- Determina que o Agente Indígena de Saúde (AIS) e o Agente Indígena de Saneamento (AISAN) sejam considerados agentes comunitários de saúde para os fins da lei.
- Atribui, ao AIS e AISAN competências adicionais em relação aos ACS, em função das particularidades de sua atuação junto às comunidades indígenas.
- Dispõe que o processo seletivo público para a contratação dos agentes indígenas contará com a participação das comunidades indígenas em que esses profissionais atuarão.

Saiba mais:

- O autor informa que os agentes indígenas de saúde e os de saneamento desenvolvem atividades idênticas às dos ACS, com acréscimo dos conhecimentos da realidade e práticas indígenas. No entanto, eles não foram beneficiados pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e permanecem em situação precária no que se refere aos seus vínculos funcionais.

Autor: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Situação: O PLS foi aprovado anteriormente pela CDH. O projeto teve parecer favorável nos termos do substitutivo apresentado pelo relator Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) e incluído na pauta da reunião do dia 22.05.

Próximos passos: se o parecer for aprovado, o projeto segue para a apreciação da Câmara. Contudo, se o parecer for rejeitado, o projeto é arquivado. Ambas as situações são passíveis de recurso.





PLS 205/2018 – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a empresas com mais de 250 funcionários a divulgação anual de informações sobre a igualdade de gênero entre seus empregados, bem como estabelece a cominação pagamento de multa no caso de não cumprimento da determinação.

O essencial:

- Exige que empresas com mais de 250 funcionários divulguem informações como: a quantidade percentual de empregados homens e mulheres; a quantidade nominal e percentual de salários e demais vantagens de caráter remuneratório e indenizatório pagas aos empregados, segregados por sexo; a diferença nominal e percentual da massa salarial entre empregados homens e mulheres.
- As informações divulgadas deverão considerar a totalidade dos empregados e trabalhadores terceirizados.
- Estabelece multa para empresas que não fizerem tal divulgação.

Saiba mais

- É inspirada na nova legislação trabalhista do Reino Unido.
- Faz parte uma tentativa de combate a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Autor: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Situação: O projeto teve parecer favorável apresentado pelo relator Rogério Carvalho (PT/SE) e incluído na pauta da reunião do dia 22.05.

Próximos passos: se o parecer for aprovado, o projeto segue para a apreciação da Câmara. Contudo, se o parecer for rejeitado, o projeto é arquivado. Ambas as situações são passíveis de recurso.

Comissão de Constituição e Justiça

22.05 - Quarta-feira - 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

PLS 191/2017 – Altera a Lei Maria da Penha, para estabelecer que independe da identidade de gênero a garantia de direitos à mulher.

O essencial:

- Tem por objetivo assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero, de forma que mulheres transexuais e transgêneros também sejam incluídas.



Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC)

Situação: O PLS foi aprovado anteriormente pela CDH. Foi concedido vista ao projeto no dia 08/05 e no mesmo dia foram apresentados dois votos em separado pela rejeição do projeto, dos Senadores: Juíza Selma (PSL/MT) e Marcos Rogério (DEM/RO).

Próximos passos: se o parecer for aprovado, o projeto segue para a apreciação da Câmara. Contudo, se o parecer for rejeitado, o projeto é arquivado. Ambas as situações são passíveis de recurso.

PL 672/2019 – Criminaliza a discriminação e o preconceito relativos à identidade ou orientação sexual.

O essencial:

- Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.
- Atualmente a referida Lei define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dessa forma, o PL 672/2019 alteraria a lei para incluir, além do tipo de preconceito do qual a lei já trata, crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Saiba mais:

- Nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo Relator Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) passa a incluir na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público. Substituindo “restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público” por “estabelecimentos comerciais ou locais abertos ao público” .
- Foi acrescentado também parágrafo único no art. 8º para tipificar a conduta de “impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público” .

Autor: Senador Weverton (PDT/MA)

Situação: O PL tem parecer favorável ao projeto nos termos do substitutivo e aguarda deliberação na CCJ.





Próximos passos: se o parecer for aprovado, o projeto segue para a apreciação da Câmara. Contudo, se o parecer for rejeitado, o projeto é arquivado. Ambas as situações são passíveis de recurso.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

20.05 - Segunda-feira - 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 6

Audiência Pública – Sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Capitalização.

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Convidados:

- **Leonardo José Rolim Guimarães:** Secretário de Previdência da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia
- **Guilherme Zagallo:** Advogado - Representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos – CNASP
- **Juliano Musse:** Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE
- **Hermes Rodrigues Nery:** Professor e Coordenador do Movimento Legislação e Vida
- **Milko Matijasic:** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos em Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- **Mauro José Silva:** Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil Associação Nacional - UNAFISCO

21.05 – Terça-feira - 9h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 6

Audiência Pública – Sobre: "A violência sexual contra vulneráveis em suas diversas formas, especialmente a pedofilia na internet".

Autor: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)

Convidados:

- **Selma Aparecida da Costa:** Conselheira Tutelar – Membro da Associação dos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal;



- Representante do Departamento de Polícia Federal
- Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
- Representante da Defensoria Pública da União
- Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

23.05 – Quinta-feira - 9h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 2

PL 510/2019 – Atribui aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida.

O essencial:

- Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).
- Oferece dispositivos para facilitar o divórcio e a dissolução da união estável em casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Saiba mais:

- No projeto são propostas modificações de caráter informativo, ou seja, dedicadas a conferir à ofendida o pleno conhecimento de seus direitos, posição jurídica e prerrogativas, como o encaminhamento à assistência judiciária e a possibilidade de pronto ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável;
- E de caráter substantivo, destinadas a tornar possível a propositura de tais ações no próprio Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Autor: Deputado Federal Luiz Lima (PSL/RJ)

Situação: O projeto teve parecer favorável com emenda apresentado pela relatora Leila Barros (PSB/DF) e incluído na pauta da reunião do dia 23.05.



Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à CCJ para análise. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da CDH deve designar novo relator.

PLS 254/2017 – Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho que autoriza o trabalho de empregada gestante em atividades insalubres atendidos os termos que especifica.

O essencial:

- Proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.

Saiba mais:

- Entende-se que o dispositivo a ser revogado viola o princípio constitucional da proteção do trabalho da mulher, por botar em risco a saúde tanto no nascituro quanto da mulher.
- O dispositivo permite que a empresa a exclua da folha de pagamento, caso não tenha outra ocupação compatível com sua situação e transfira todos os encargos para a Previdência Social. Ou seja, a empresa se exime de sua função social e constitucional de proteção à maternidade, transferindo-a integralmente ao Estado.

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Situação: O projeto teve parecer favorável com emenda apresentado pela relatora Rose de Freitas (PODE/ES) e incluído na pauta da reunião do dia 23.05.

Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à CCJ para análise. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da CDH deve designar novo relator.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

21.05 - Terça-feira - 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

PL 1669/2019 – Permite que professores utilizem assentos vagos em veículos de transporte escolar de alunos.

O essencial:

- O autor alega que o inciso VII do art. 208 da CF prevê que o dever do Estado com a educação seja efetivado mediante a garantia de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de



programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A partir disso, cabe admitir na lei, de forma explícita, que os professores possam usar.

- os assentos vagos dos veículos de transporte escolar em trechos autorizados

Autor: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e incluído na pauta no dia 21.05.

Próximos passos: caso o parecer pela aprovação seja aprovado, o projeto vai à apreciação da Câmara, cabendo recurso ao Plenário. Entretanto, se for rejeitado o presidente da comissão deve designar outro relator para apresentação de novo parecer.

PLS 798/2015– Institui o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

O essencial:

- O programa visa a oferecer bolsas de estudos de graduação, de educação profissional e tecnológica e pós-graduação, ampliar a mobilidade internacional de estudantes e a cooperação científica entre instituições e cientistas, além de promover a cooperação internacional na área de ciência e tecnologia e contribuir para a competitividade das empresas brasileiras. O programa inclui ainda bolsas para pesquisadores visitantes estrangeiros e jovens talentos interessados em estudar no Brasil.

Autor: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo Senador Jorginho Mello (PL/SC) e incluído na pauta no dia 21.05.

Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à CCJ para análise. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da CE deve designar novo relator.



PL 1255/2019 – Altera a Lei de Cotas nas Universidades, para reservar aos estudantes de baixa renda 50% das vagas remanescentes dos processos seletivos ou ociosas por desvinculação de estudantes, as quais serão objeto de processo seletivo específico pela respectiva instituição federal de educação superior.

O essencial:

- Visa garantir que 50% das vagas remanescentes e ociosas sejam destinadas a estudantes de baixa renda.

Autor: Senador Confúcio Moura (MSB/RO)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo relator e incluído na pauta no dia 21.05.

Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à Câmara para apreciação, sendo passível de recurso em Plenário. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da comissão deve designar novo relator.

Comissão de Serviços de Infraestrutura

21.05 - Terça-feira - 14h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Audiência Pública – Sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho e a atuação da Mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados, bem como apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências

Autor: Senador Elmano Férrer (PODE/PI)

Convidado:

- André Pepitone da Nóbrega: Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Comissão de Meio Ambiente

22.05 - Quarta-feira - 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15



PLP 71/2019 – Determina que a inobservância dos prazos para deliberação sobre pedido de licenciamento ambiental importará em emissão tácita da licença e permissão para a prática do ato por meio dela pretendido.

O essencial:

- O projeto tem com objetivo facilitar a liberação de licenciamentos ambientais.
- O autor considera que o preservacionismo ambiental ideológico precisa ser superado.
- Propõe que após decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, implica emissão tácita e autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra.

Autor: Senador Marcio Bittar (MDB/AC)

Situação: Foi apresentado parecer pela rejeição do projeto, pelo relator Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) e foi incluído na pauta do dia 22.05.

Próximos passos: caso o parecer pela rejeição seja aprovado, o projeto é arquivado, sendo passível de recurso. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da comissão deve designar um novo relator.

PLS 90/2018 – Altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para determinar a destinação de percentual mínimo dos materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que deem aproveitamento econômico a tais materiais.

O essencial:

- Inclui no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais.

Autora: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo relator Jaques Wagner (PT/BA) e incluído na pauta do dia 22.05.

Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à Câmara para apreciação, sendo passível de recurso em Plenário. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da comissão deve designar novo relator.



PLS 324/2015 – Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.

O essencial:

- Institui para as novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, a inclusão no projeto técnico da obra de item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas em comuns.

Autora: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo relator Paulo Rocha (PT/PA) e incluído na pauta do dia 22.05.

Próximos passos: caso o parecer seja aprovado, o projeto vai à Câmara para apreciação, sendo passível de recurso em Plenário. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da comissão deve designar novo relator.

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

21.05 - Terça-feira - 11h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 2

PLC 70/2018 – Dispõe que o combate ao desperdício quantitativo de água compreende ações governamentais voltadas à conscientização da população por meio de campanhas educativas sobre uso abusivo, métodos de conservação e uso racional da água, bem como ações de caráter fiscal e tributário.

O essencial:

- O projeto dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.
- Compreende ações governamentais voltadas à conscientização da população por meio de campanhas educativas sobre uso abusivo, métodos de conservação e uso racional da água, bem como ações de caráter fiscal e tributário.

Autor: Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Situação: Foi apresentado parecer favorável pelo relator Otto Alencar (PSD/BA) e foi incluído na pauta do dia 22.05.





Próximos passos: caso o parecer aprovado, a matéria segue para deliberação em Plenário. Caso o parecer seja rejeitado, o presidente da comissão deve designar outro relator.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

21.05 - Terça-feira - 14h

Local: Plenário da Câmara dos Deputados

REQ 964/2019 - Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, com o objetivo de criar mecanismos para dar maior efetividade ao cumprimento de medidas protetivas de urgência que determinem o afastamento físico entre agressor e vítima nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autor: Deputada Rose Modesto (PSDB/MS)

Situação: pronto para deliberação.

Próximos passos: em caso de aprovação, será apreciado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 1.337, de 2019, da Sra. Rose Modesto.

MPV 867/2018 – Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.

O essencial:

- A MPV possui dois artigos. O art. 1º altera o § 2º do art. 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para estender até 31 de dezembro de 2019 o prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e autorizar nova prorrogação por mais um ano mediante ato do Chefe do Poder Executivo. O art. 2º estabelece como cláusula de vigência a data da publicação da Medida Provisória, ocorrida em 27 de dezembro de 2018.

Saiba mais:

- O Cadastro Ambiental Rural é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais.





- O Ministério argumenta que há uma implementação desigual dos PRAs nos estados, pois em alguns deles os procedimentos não foram regulamentados e em outros o poder público não conseguiu dar o apoio necessário a áreas mais afastadas dos centros urbanos. Alerta que, nesse contexto, produtores rurais ficariam sujeitos à regra geral do Código Florestal, aumentando-se a ser recuperada e, por consequência, os custos da recuperação.

Autor: Poder Executivo

Situação: No dia 09/05/2019 a Medida Provisória (PLV nº 9, de 2019, aprovado com emendas pela Comissão Mista) foi enviada à Câmara dos Deputados.

Próximos passos: A MPV está pronta para deliberação. Caso aprovada, segue para o Senado Federal. Caso seja rejeitada, o projeto é arquivado.

Comissão de Educação

21.05 - Terça-feira - 10h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 10

Audiência Pública – Sobre: “Financiamento da Educação e valorização dos profissionais da educação: precatórios do Fundef/Fundeb e sua subvinculação.”

Autor: Deputados Prof.^a Rosa Neide (PT-MT), JHC (PSB-AL) e Waldenor Pereira (PT-BA)

Convidados:

- Sylvia Cristina Toledo Gouveia: Coordenadora-Geral da CGFSE/DIGEF do Fundo Nacional da Educação/FNDE
- Vanessa Lopes Lima: Secretária de Controle Externo da Educação - Tribunal de Contas da União (TCU)
- Heleno Manoel de Araújo Filho: Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

21.05 - Terça-feira - 14:30h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 09



Audiência Pública – Sobre: Discutir o Decreto nº 9761/2018, sobre a Política Nacional de Drogas.

Autor: Deputado Marcelo Freixo (PSOL/RJ)

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Arthur Chioro - Psiquiatra e professor da Universidade Federal de São Paulo e ex-ministro da Saúde;
- Raul Santiago da Silva - Cofundador do Coletivo Papo Reto e do Coletivo Movimentos;
- Dartiu Xavier da Silveira - Psiquiatra e professor da Universidade Federal de São Paulo;
- Daniel Caldeira de Melo - Representante do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura;
- Dandara Tinoco - Representante do Instituto Igarapé;
- Lúcio Costa - Representante da Rede Nacional da Luta Antimanicomial (Renila).

Comissão Especial - FUNDEB

21.05 - Terça-feira - 14:30h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 09

Audiência Pública – Sobre: Apresentação do Plano de Trabalho da Comissão, juntamente com a discussão da PEC 15/2015 (FUNDEB).

Convidados:

- Heleno Manoel Gomes Araújo Filho - Presidente da Confederação dos Trabalhadores em Educação;
- Jorge Abrahão de Castro - Economista;
- Marianna Dias - Presidenta da União Nacional dos Estudantes;

Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 06/2019)

21.05 - Terça-feira - 14:30h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 04





Audiência Pública – Sobre: Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Abono Salarial

Convidados:

- Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub - Assessor Especial da Presidência da República;
- Leonardo Alves Rangel - Diretor de Programa na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia;
- Luciana de Barros Jaccud - Pesquisadora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
- Pedro Rossi - Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas - UNICAMP;
- Representante da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB;

Comissão de Educação

22.05 - Quarta-feira - 10h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 10

Reunião Ordinária - Comparecimento do Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub.

Comissão de Constituição e Justiça

21.05 - Terça-feira – 22h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 01

PL 2941/2008 - Divulgação por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

O essencial:

- Será realizada divulgação dos direitos previstos na Constituição Federal; no Estatuto da Criança e do Adolescente; na Convenção Americana sobre Direitos Humanos; entre outras convenções que tratam a respeito dos direitos humanos por parte do Poder Público para que se tenha mais consciência dos direitos existentes.

Saiba mais:





- A divulgação será realizada por meio de trechos dos direitos dos instrumentos que consagram os direitos fundamentais e os direitos humanos nos contracheques mensais dos servidores públicos federais.
- As emissoras públicas de rádio e de televisão deverão incluir em suas programações material alusivo aos direitos fundamentais e aos direitos humanos, sobretudo os referentes à proteção das mulheres, das crianças e dos adolescentes.

Autor: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PDT/CE)

Situação: foi apresentado parecer pela admissibilidade, com as emendas da CSFF.

Próximos passos: caso o parecer for aprovado, as emendas aprovadas vão ao Senado para apreciação. Caso o parecer for rejeitado, o presidente da comissão deve designar um novo relator.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

22.05 - Quarta-feira - 14h

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário nº 09

Audiência Pública – Sobre: Reforma da previdência e seus impactos aos direitos humanos

Autor: Deputado Helder Salomão (PT/ES)

Convidados:

- Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida;
- Carlos Eduardo Gabas, Especialista em Gestão de Sistemas de Seguridade Social e Ex-Ministro da Previdência Social;
- Recaredo Gálvez, Pesquisador da Fundación Sol do Chile; (Advogado Especialista em Direito Previdenciário);
- Guilherme Pfeifer Portanova, Especialista em Direito Previdenciário e Consultor Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap);
- Selene Michielin Barboza, Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- Carolina Espinoza, Dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal (Confusam) do Chile e representante da Coordenação No Más AFP (Administradora de Fundo de Pensão);



- Karol Cariola Oliva, Deputada da República do Chile;
- Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 06/2019)

22.05 - Quarta-feira - 14h30

Local: A definir

Audiência Pública – Sobre: Aposentadoria do Trabalhador Rural.

Convidados:

- Bruno Bianco Leal, Secretário Especial Adjunto de Previdência e Trabalho no Ministério da Economia;
- Jane Lúcia Wiheim Berwanger, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP;
- Marina Bruto Battilani, Presidente da FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho;
- Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Comissão de Legislação Participativa

22.05 - Quarta-feira - 15h30

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário 03

Audiência Pública – Sobre: Contingenciamento dos Recursos da Educação e os Impactos na Manutenção e Funcionamento das Instituições de Ensino do País.

Convidados:

- Sindicato dos Professores do Distrito Federal - SINPRO/DF;
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
- Conselho Nacional de Educação - CNE;
- Ministério da Educação - MEC;
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSEED;
- Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF;
- União Nacional dos Estudantes - UNE.





Comissão de Seguridade Social e Família

22.05 - Quarta-feira - 15h30

Local: Anexo II, Ala das Comissões, Plenário 03

Audiência Pública – Sobre: Agenda da ONU - "Políticas Familiares e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Convidados:

- Angela Grandra, Secretária Nacional da Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH);
- Dominic Richardson, Pesquisador em políticas sociais do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Ignácio Socias, Diretor de Relações Internacionais da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família (IFFD)
- Renata Kacmarska, Porta-voz do Secretariado da ONU para questões de família;

